

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
(Do Sr. Beto Richa)

,DE 2025

Suspende, com fundamento no art. 49, inciso V, da Constituição Federal, a vigência e os efeitos do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que “Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, ficam suspensos os efeitos do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que “Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.”

Art. 2º Esta norma legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste Projeto de Decreto Legislativo é anular os efeitos do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, emanado pelo Poder Executivo Federal, por ter **ultrapassado os limites de sua competência regulamentar e afrontado garantias constitucionais essenciais.**

O ato normativo em questão, promoveu uma reconfiguração drástica da política de educação especial brasileira, restringindo a atuação de instituições filantrópicas que há muito tempo exercem papel indispensável na inclusão e na formação de pessoas com deficiência.



Entre essas entidades, as **Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs)** merecem destaque pela reconhecida contribuição social, pedagógica e assistencial que prestam há décadas em todo o país.

Ao determinar, em seu artigo 8º, que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) não poderá substituir a matrícula em escola regular, o decreto impõe às famílias a obrigatoriedade de matricular seus filhos na rede comum de ensino, mesmo quando isso contraria as necessidades específicas do aluno.

Tal dispositivo esvazia a função educacional das instituições especializadas, reduzindo-as a um papel secundário de apoio, em vez de reconhecê-las como espaços de ensino integral e adaptado.

Essa ingerência viola frontalmente o art. 205 da Constituição Federal, que assegura a educação como um dever compartilhado entre o Estado, a família e a sociedade. Desrespeita também os arts. 206, inciso II, e 209, que consagram, respectivamente, a liberdade de ensinar e aprender e a autonomia da iniciativa privada na oferta de ensino.

Ao limitar a pluralidade pedagógica e inviabilizar modelos educacionais diferenciados, o decreto desconsidera a diversidade humana e as particularidades do desenvolvimento de pessoas com deficiência.

Os impactos não se restringem à esfera pedagógica. A limitação de matrículas e o enfraquecimento dos convênios comprometem a sustentabilidade financeira das entidades conveniadas, colocando em risco a continuidade de serviços essenciais prestados à população. Essa desorganização ameaça o sistema de atendimento especializado e fere o princípio da eficiência administrativa.

Diante disso, constata-se que o Decreto nº 12.686/2025 inova indevidamente no ordenamento jurídico, extrapolando a função regulamentar e violando direitos e princípios fundamentais, como o direito à educação, a liberdade de ensino e a separação dos Poderes.

Cabe ao Congresso Nacional, conforme prevê o art. 49, inciso V, da Constituição Federal, exercer sua prerrogativa constitucional de sustar os atos normativos do Executivo que ultrapassem sua esfera de competência.

Sala das Sessões, em de outubro de 2025.

DEPUTADO BETO RICHA

PSDB – PR

